

O PAPEL DAS ARMAS E DO EXÉRCITO EM A ARTE DA GUERRA DE MAQUIAVEL

Maciel Vilalba¹

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade fazer um estudo e análise da obra *A Arte da Guerra* de Maquiavel através da seguinte temática: como se constitui a passagem do feudalismo para o capitalismo e qual a importância das armas e do exército para esta transição? Procuraremos mostrar como se materializa a passagem do feudalismo para o capitalismo, e porque este novo modelo de vida social se torna violento. Para tanto faremos uma abordagem do contexto histórico em que vivia o pensador florentino revelando como este contexto influenciou na constituição de *A Arte da Guerra*, salientando a importância do exército e das armas na manutenção do poder estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavel. Armas. Exército. Poder. *A Arte da Guerra*.

ABSTRACT

The purpose of this article is to study and analyze Machiavelli's *The Art of War* through the following theme: how does the transition from feudalism to capitalism constitute and what is the importance of weapons and the army for this transition? We will try to show how the passage from feudalism to capitalism materializes, and why this new model of social life becomes violent. To do so, we will approach the historical context in which the Florentine thinker lived, revealing how this context influenced the constitution of *The Art of War*, emphasizing the importance of the army and arms in maintaining state power

KEYWORDS: Machiavelli. Weapons. Army. Power. The art of war.

Introdução

Maquiavel é um filósofo muito conhecido, principalmente pela obra *O Príncipe*, texto clássico que muitos dirigentes de Estado, entre outros, leram e leem até hoje. A ascensão de *O Príncipe* fez com que outra obra, também de imenso valor, fosse deixada de lado, trata-se de *A Arte da Guerra*. Este artigo visa fazer uma apresentação dessa relevante obra de Maquiavel considerando seu enredo, suas principais conclusões e o contexto de seu surgimento, que envolve um processo histórico e social. Nossa intenção é mostrar como o contexto em que Maquiavel viveu influenciou de forma marcante a constituição da obra supracitada.

¹ Mestrando em Letras Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Deste modo, apresentaremos primeiramente o delinear transitório de um modo social para outro, suas causas e suas consequências. Em seguida, iremos mostrar o papel das armas e do exército neste novo modelo de vida social, qual seja, o capitalismo, em que o Estado precisa armar-se e preparar-se para se defender de possíveis ataques. Contudo, tendo constituído uma boa defesa, o Estado está igualmente pronto para o ataque, porque não atacar?

Toda forma de vida social é uma constante mudança, e o período em que viveu Maquiavel, meados do século XVI, não foi diferente, pois se tratava de um momento de transição do feudalismo para o capitalismo, o que se constituiu como motivo para o desencadeamento de várias guerras na Itália, marcadas pelas disputas decorrentes do novo modelo de vida social, que chegou atropelando todos pela busca do lucro e poder. A aristocracia perdeu sua vez, cedendo espaço para a burguesia e, por este motivo, as pessoas passaram a mudar para as cidades, uma vez que começam a surgir as oficinas-indústrias e também o mercado competitivo.

É através desta nova roupagem capitalista que Maquiavel produz *A Arte da Guerra*, num período em que há várias disputas por territórios e pelo poder. Deste modo, o Estado precisava se fortalecer belicamente para não ficar à mercê de ter sua população devastada, tornando-se escrava de um Estado mais forte, pois este modo de vida social precisa, para se manter no poder, não só de boas leis, mas também da força das armas e do exército. Nosso intuito é mostrar como Maquiavel enfatiza a importância destes elementos para a constituição de um Estado poderoso. Por fim, estabeleceremos algumas relações possíveis com a atualidade e apresentaremos nossas considerações finais, na tentativa de mostrar, a relevância da obra como instrumento para compreensão da história.

Um breve entendimento da obra e de seu contexto histórico

A Arte da Guerra (1521) é um importante documento histórico e filosófico criado por Nicolau Maquiavel no século XVI, um período de instabilidade política devido à presença de forças estrangeiras na Itália.

A obra constitui um texto dividido em sete livros que se materializam em forma de diálogos, onde personagens criados por Maquiavel se reúnem em um sítio para discutir formas de organização do exército e as armas a serem usadas para garantir um Estado soberano. Fabrício é o personagem principal que dá explicações e tira dúvidas dos demais ouvintes sobre estratégias militares.

O diálogo tem início com a afirmação de que os governantes da época sofreriam menos com invasões, perda de território e até mesmo de poder, se eles seguissem a *virtu*² e a disciplina dos antigos e não ficassem apenas usufruindo do ócio, curtindo a preguiça deixando que a *fortuna*³ dirigisse suas vidas. Para ter uma nação forte, preparada para possíveis invasões, é preciso treinar, dar valor as disciplinas e a boa ordem. Maquiavel enfatiza a importância da *virtü*, pois esta guiará para um caminho assertivo. Por mais que a *fortuna* sempre esteja presente na vida humana, não se pode contar apenas com ela, ou seja, tanto a *virtü* quanto a *fortuna* direcionam a vida do homem, e é preciso que as duas estejam juntas, atuando na mesma direção para chegar onde se pretende.

Assim, o enredo é constituído sobre a importância dos exércitos. De modo que estes devem ser formados por súditos ou cidadãos do próprio país, evitando que se voltem contra o Estado. Além disso, fica nítido que o comando pode se utilizar de vários meios, até imorais, para conquistar a vitória. Destaca-se ainda a importância de não se fazer da guerra uma profissão.

Por não ser a guerra uma ocupação por meio da qual se possa sempre ganhar a vida de maneira honrada, não deve ser encarada como ocupação por ninguém, a não ser por príncipes ou governadores; e, se tal governante for pessoa sensata, não permitirá que nenhum de seus súditos ou cidadãos façam dessa sua profissão – na verdade, nenhum homem bom jamais o fez, pois decerto não é possível denominar homem bom quem, para se sustentar, adota uma profissão que os obrigue a ser sempre voraz, fraudulento e cruel (MAQUIAVEL, 2003, p. 13).

Maquiavel abordará também as armas, analisando quais são as mais adequadas, através de exemplos e comparações, retornando ao passado para analisar grandes feitos ou fracassos. Eis aqui uma característica própria do autor que é bastante evidente em *A Arte da Guerra*, Maquiavel nos incentiva a aprender com o passado, observando a história para extrair dela os melhores ensinamentos.

Destaca-se assim a superioridade da infantaria em relação à cavalaria e a importância de exercitar e treinar os soldados para que o exército obtenha êxito em um conflito. Os soldados

² O termo *virtü* é utilizado por Maquiavel para identificar justamente o conjunto de qualidades que permite ao príncipe agir conforme seus próprios desígnios, sem ter a necessidade de depender de qualquer elemento externo” (BERBEL, 2009, p. 22). Ou seja, a *virtü* de Maquiavel difere um pouco da cristã, pois esta qualidade explicita a possibilidade de o príncipe usar da sabedoria, de diversos meios, morais ou não, para lidar de maneira eficaz com as adversidades da vida.

³ “[...] Um poder instável que ora podia ser favorável, ora hostil ao homem, mas que, no entanto, deixava aberto um campo real à sua liberdade de ação” (BERBEL, 2009, p. 25). Deste modo, a *fortuna* embora deva ser levada em consideração, não se pode contar inteiramente com ela, pois sua instabilidade inviabiliza previsões exatas.

devem ser treinados para resistir as dificuldades, sendo destros e ágeis, lidar bem com as armas e obedecer ordens. Assim forma-se um exército organizado, onde cada homem tem seu lugar determinado. Ao propor os preparativos para batalha, Maquiavel faz uma espécie de simulação da guerra, mostrando como se deve agir no campo de batalha propriamente e os passos que levariam à vitória.

Vede com que virtü e silêncio nossos homens recebem o ataque. Não ouves o general dando ordens aos soldados de defender-se e não avançar, nem, em hipóteses alguma, abandonar a infantaria? Vede como um grupo da nossa cavalaria ligeira se destacou para atacar um grupo de arcabuzeiros inimigos que estava chegando para nos atacar pelo flanco, e como a cavalaria do inimigo está avançando para dar-lhes apoio; mas os arcabuzeiros, para não se emaranhar entre eles, estão recuando para seu próprio exército (MAQUIAVEL, 2003, p. 86).

Aqui o filósofo mostra o papel fundamental da *virtü*, onde o príncipe que antecipa os acontecimentos tende a se preparar com sabedoria e tem chances reais de ser vitorioso.

Maquiavel comenta que o medo é uns dos piores inimigos do exército, assim, deve-se evitá-lo a todo custo, inclusive através de mentiras (contadas pelo comandante para tranquilizar seu exército). E, no pós-guerra, em caso de derrota, é preciso encontrar meios de aproveitar a situação da melhor forma possível. Os exércitos costumam correr mais perigos quando se consideram seguros, deste modo, os vitoriosos devem ter cautela para não se tornarem alvos de contra-ataques.

Por último, Maquiavel segue com o ensinamento rigoroso sobre estratégias militares, mostrando como atacar fora do país, analisando espaço geográfico, climático etc., e como se preparar para um possível ataque contra seu país, organizando muralhas, trincheiras de modo que possam sair bem sucedidos.

É possível, pois, delinear um movimento muito claro em *A Arte da Guerra*, que começa pelos homens, mostrando a melhor maneira de formar o exército, passa pela escolha das armas, chegando às estratégias de batalha e de comportamento no pós-guerra.

Assim, percebe-se através do enredo criado por Maquiavel a importância do planejamento militar para a soberania estatal, e isso é necessário por causa do reflexo violento da instabilidade econômica e a disputa de mercado no período em que o pensador escreve *A Arte da Guerra*. Adiante, apresenta-se o contexto histórico em que se deu a redação da obra.

Para compreender Maquiavel é necessário conhecer o momento histórico em que ele viveu. De acordo com Agnes Heller (1982), este momento, denominado renascimento, caracteriza-se por um processo social dinâmico, ou seja, há certa liberdade de escolha individual

possibilitando a ascensão social. Isto porque não mais se pensa em adquirir o suficiente apenas à subsistência, a acumulação de capital é agora um objetivo.

Deste modo, é através do renascimento que se dá o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, “[...] tudo se tornou fluído; sucederam-se levantamentos sociais com uma rapidez incrível, os indivíduos situados no mais alto e mais baixo na hierarquia social, mudaram rapidamente de lugar.” (HELLER, 1982, p. 10). No renascimento a maneira de viver do homem foi se adequando ao modelo capitalista e destruindo as formas de relação natural entre o indivíduo e comunidade, dissolvendo o vínculo que o homem tinha com a sua família, e o lugar que ocupava na sociedade. Como salienta Heller:

As primeiras formas das forças produtivas capitalistas e das relações sociais burguesas surgiram a partir do desenvolvimento imanente do feudalismo; à medida que gradualmente corroíam e dissolviam este último, os homens encontraram-se muito simplesmente numa nova situação, em que eram forçados a atuar, sentir e pensar sobre o mundo e sobre si próprios de maneira diferente da habitual nas comunidades dadas naturalmente características do sistema dos domínios senhoriais (HELLER, 1982, p.12).

O novo modo social e a nova maneira de viver, em processo de evolução, produziram a sua própria ideologia, ou seja, a ideologia burguesa onde conquistar ou não o mundo só depende do homem.

Com base neste novo modelo social, Heller afirma que no renascimento surge um novo objetivo socioeconômico: intensificar a produção e com isso aumentar a riqueza, uma vez que há um domínio maior da natureza e o homem se torna um ser dinâmico, ou seja, ele está inquieto, sempre criando, inovando em busca de lucro e poder. “[...] o destino passou, portanto a depender mais daquilo que realizei e daquilo que fiz de mim; transformou-se numa simples questão de apreender corretamente o dinamismo da sociedade.” (HELLER, 1982, p. 14-15).

Na cidade de Florença estava nítido este novo caráter socioeconômico no tempo de Maquiavel, o dinamismo social presente no Renascimento, fez com que Florença criasse oficinas de lã, possuindo em 1472 cerca de duzentas e setenta oficinas que fabricavam tecidos para Roma, Constantinopla, Pera, Sicília, Andrinopla, Abruzos, entre outros. Florença possuía também dezenas de oficinas especializadas em seda, entre as quais se fabricavam tecidos de seda, brocados de ouro e de prata. Entretanto, essas oficinas causam um desentendimento com a concorrente Veneza que durou aproximadamente quarenta anos. Por isso, Florença e outros Estados passaram por muitas crises devido à instabilidade econômica uma vez que outrora só Florença produzia lã, mas no período de Maquiavel, outros Estados também produzem.

Outras mudanças ocorrem lentamente tanto nas estruturas quanto nas atividades exclusivamente comerciais: o mercador só faz comprar longe e transportar para a Itália matérias-primas que ele vende aos artesãos locais, adquirindo em seguida os produtos fabricados de cujo transporte e revenda ele se ocupa. (LARIVALLE, 1982, p. 112).

Através da compra e venda de matéria-prima para as oficinas havia necessidade de troca de moedas e por isso nascem bancos, com objetivo de facilitar a transferência de fundos e também resolver os problemas de câmbio. Progressivamente, conforme as ocasiões e iniciativas suscitam, surgem estruturas integradas anunciando o capitalismo moderno: “[...] quando comerciantes ou companhias não se contentam mais em efetuar operações comerciais, mas garantem para si igualmente uma fiscalização que chega às vezes até o controle financeiro de tudo ou de parte da produção que eles vendem.” (LARIVALLE, 1982, p. 112-113). Desta forma, os homens de negócios, querendo ou não, são obrigados a conceder empréstimos para os papas e príncipes a fim de garantir privilégios ou monopólios comerciais duráveis, porém os empréstimos nem sempre eram pagos e com isso muitos comerciantes foram levados à falência. Burckhardt (2009) salienta que os príncipes no tempo de Maquiavel agiam desonestamente na medida dos seus interesses e era necessário justificar ao povo, através de mentiras, o porquê de suas atitudes, para que assim pudessem ganhar a aceitabilidade referente ao seu governo.

É notável que, com o dinamismo renascentista e coma criação de meios de vida na cidade, através das oficinas e outras fontes de renda, as pessoas tendem a deixar o campo e buscam ganhar a vida na comunidade urbana. Larivalle comenta que, a Itália do Renascimento está na frente enquanto processo de urbanização que caracteriza a história europeia. Isso se dá devido à melhoria grandiosa do equilíbrio demográfico, ocasionada pela expulsão dos camponeses para a cidade.

[...] nos campos, os nobres deixam livres, a burguesia citadina não demora a se apropriar das terras e a submeter os camponeses a uma exploração pouco diferente da que lhes infligiam seus antigos senhores. E, nas cidades igualmente, mesmo nos lugares onde a aristocracia permanece senhora da situação política, a condição dos trabalhadores está ligada antes de tudo ao desenvolvimento da burguesia mercantil, que, à medida em que enriquece, aspira substituir a nobreza ou assimilar-se a ela sem revolucionar as estruturas sociais anteriores (LARIVALLE, 1988, p. 192-193).

Percebe-se assim que a ideologia burguesa do Renascimento, em que é o homem que faz seu próprio destino, é enganosa, pois só mudam as estruturas sociais da aristocracia para

burguesa, mas aquele senhor proprietário, rico, continua sempre a enriquecer mais e conseqüentemente os demais integrantes da sociedade enfrentam uma miséria profunda.

Desta forma, para evitar a competitividade Maquiavel apostava em uma solução: a unificação política da península. Porém ele sabia da dificuldade disso, pois, de um lado estava Toscana, em que os fidalgos, devido ao rendimento do seu patrimônio, não precisavam se dedicar à agricultura, nem a qualquer outra profissão, para assegurar sua subsistência, assim, muitos barões da Sicília e de todo sul da península vivem ainda em seus feudos. Do outro lado temos Veneza, onde os nobres não passavam de comerciantes, sem castelos e sem feudos, que progressivamente adquirem posses fundiárias. Com base nisso, a criação das indústrias e o aumento da competitividade entre cidades, surgia a necessidade de criar organizações Estatais. Como salienta Arrighi (1996), para se obter sucesso na busca pelo lucro, era necessário que as organizações fossem Estados poderosos. Então, quando a acumulação se expandiu globalmente, os Estados se tornam mais autônomos e dominantes. Com esta dinâmica, surgiu a situação em que, para obter êxito na busca pelo poder, os governos têm que liderar não apenas no aspecto de gestão do Estado e da guerra, mas também na acumulação de capital.

Arrighi (1996) afirma que, por volta do século XIII ao XIV, as Cidades-Estados do norte da Itália, são uns dos principais agentes da expansão comercial. Tornaram-se líderes da expansão financeira conseqüente da economia mundial europeia. Desta forma:

A prosperidade do enclave capitalista, durante a expansão comercial pan-eurasiana dos séculos XIII e XIV, baseou-se numa proliferação, em seu meio, de centros de comércio e acumulação politicamente autônomos, e numa divisão do trabalho entre esses centros, que reduziu os custos e os riscos de seu negócio. Enquanto a expansão comercial esteve em sua fase ascendente, a intensificação das pressões competitivas, inerente a essa proliferação de centros, persistiu como uma mera potencialidade. Os novatos puderam encontrar uma profusão de nichos de mercado vazios ou dos quais o centro já estabelecidos ansiavam abrir mão. Ao ocuparem esses nichos e se especializarem neles, os novatos criaram oportunidades para os centros estabelecidos reduzissem os custos e riscos das operações, através de uma expansão especializada de seus próprios ramos comerciais. Mas, mesmo nas ocasiões em que os centros velhos e novos atuaram numa linha mesma de negócios e, por conseqüente, pareceram estar em competição direta, eles cooperam, na verdade, na criação de um volume de comércio suficientemente grande para permitir a abertura de novas fontes de abastecimento _ ou de novos mercados para a colocação de produtos -, que teria sido grande demais para ser eficientemente organizado por um número menor de unidades (ARRIGHI, 1996, p. 92).

Assim, de acordo com o entender de Arrighi, na medida em que os centros competiam entre si pela colocação de alguns produtos, essa concorrência regulava as relações entre seus

membros. Todavia, logo surgiu uma desproporção expressiva e duradoura entre a massa de capital que buscava investimentos no comércio, o que resultou em uma briga entre cidades vizinhas. Quando surgiu esta desproporção não se tratava mais de dividir os lucros e sim os prejuízos. Neste contexto surgiram várias guerras que dilaceraram e reorganizaram o enclave capitalista do norte da Itália. Esses conflitos, que duraram cerca de um século, ficaram conhecidos como a Guerra dos Cem Anos italiana. E foi neste período que algumas Cidades-Estados do norte da Itália passaram a funcionar como grandes potências na política europeia. “Mas foi também um período em que grupos dominantes das Cidades-Estados do norte da Itália foram continuamente divididos em facções opostas por dissensões violentas” (ARRIGHI, 1996, p. 93). Desta maneira, os grupos dominantes das Cidades-Estados eram constantemente perseguidos por inimigos, de modo que a busca do lucro inseriu-se com mais firmeza do que nunca na busca pelo poder.

Enquanto durava a Guerra dos Cem Anos italiana, uma Cidade-Estado após outra enfrentou crises tributárias cada vez mais graves, com os gastos militares e com os juros crescentes da dívida pública. Como comenta Arrighi:

Essa intensificação do controle dos interesses monetários sobre os governos das cidades-estados é um segundo aspecto fundamental da expansão financeira do norte da Itália no fim do século XIV e início do século XV. Como em todas as expansões financeiras subseqüentes, a alienação dos Estados aos interesses monetários ocorreu através de uma transferência do capital excedente – ou seja, do capital que já não encontrava investimento lucrativo no comércio, eles passaram a investir na tomada pela força dos mercados ou territórios dos concorrentes, tanto com fim em si mesmo como meio de se apropriarem dos bens e da receita futura do Estado dentro do qual operavam. (ARRIGHI, 1996, p. 94).

Desta forma, embora lucrativo para os grupos que venceram as batalhas, este processo de conquista e apropriação foi limitado no tempo e no espaço pelo rendimento decrescente do capital investido na guerra e com isso cada vez mais se precisou da força bélica para novas possibilidades de mercado.

Tendo compreendido o contexto, chega o momento de vermos como se dá este período transitório do feudalismo para o capitalismo em *A Arte da Guerra*.

A violência e as armas para a constituição do capitalismo em *A Arte da Guerra*

Com a mudança na estrutura italiana, ou seja, com o declínio do feudalismo e início do capitalismo, surgia uma nova forma de sociedade – a burguesa, que começava a se estruturar

entre os países vizinhos, montando um sistema de comércio. Todavia, quanto mais este comércio crescia, mais aumentava a competitividade entre esses países, daí o surgimento de várias guerras em busca do poder e da liderança de mercado.

É possível ver esta busca pelo poder em *A Arte da Guerra* quando Maquiavel afirma, através de seus personagens, que muitos governantes de seu tempo viviam da exploração de outros Estados, ou seja, usavam da violência para se sustentar, adotando uma forma de governo que sempre os obrigasse a ser fraudulentos e cruéis. Isso estava ocorrendo com todos os países atingidos pelo modelo capitalista, uma vez que passaram a produzir e comercializar concomitantemente entre si. Faltando assim mercado para a oferta, o único meio de abrir espaço para isto é fazendo guerras. Maquiavel mostra isso no seguinte trecho: “A guerra não os sustentará em tempos de paz e, assim, precisam esforçar-se por evitar a paz ou esforçar-se o máximo para acumular o bastante durante a guerra para que não lhes falte sustento quando a guerra acabar.”(MAQUIAVEL, 2003, p. 13-14). Ou seja, a guerra acaba se tornando um vício e o governante que se utiliza dela acaba não querendo outro meio de manter seu Estado a não ser tomando a força o que é dos outros.

O novo modelo de vida necessita da violência, pois, a mercadoria é necessária não só para a subsistência, mas também para obter lucro. Uma forma encontrada pelos governantes para obter tal lucro é destruindo outros países e tomando o que eles têm, tornando-se assim o único fornecedor de um produto da região. Maquiavel comenta ainda que, quem resolve acumular o suficiente em tempos de guerra para se sustentar até o fim da vida deve ser acusado de roubo, assassinato e muitos outros tipos de violência, e, contudo, ao esforçar-se para evitar a paz, os comandantes recorrem a muitos meios inescrupulosos. Desta forma, percebe-se aqui que, diferentemente de seus súditos ou cidadãos, os príncipes ou governantes frequentemente se utilizam de meios imorais para chegar ao seu propósito, que é fazer guerras e conseguir mais riquezas para si. De modo que ele precisa ser um bom articulador para convencer a população a ajudá-lo sem nada em troca receber.

Larivalle (1988) salienta que o renascimento italiano vê assim aumentar, a desigualdade social, havendo uma decadência geral da condição dos trabalhadores, tanto nas cidades como no campo, sendo que o comércio mantinha-se nas mãos de famílias privilegiadas, que usufruíam do aumento e acúmulo de grandes fortunas. Ademais, após vários anos de guerra, inevitavelmente, há um agravamento na crise enfrentada pelas Cidades-Estados italianas, pois, como já foi dito, os gastos com a criação e a qualificação militar faziam crescer ainda mais a dívida pública.

A crise assolava toda Europa e a busca pelo poder e para ganhar comércios, fez com que muitos países se utilizassem da força bélica, o que não trouxe lucros nem para quem perdeu nem para quem ganhou, tal fato é mostrado por Maquiavel:

[...] as guerras, da maneira como hoje são realizadas, não empobrecem apenas os derrotados, mas também os conquistadores; pois, se um lado perde seus territórios, o outro tem despesas imensas para conquistá-los; isso não acontecia antigamente, quando o conquistador sempre se enriquecia com a vitória. O motivo disso é que hoje os soldados não precisam prestar contas dos saques, conforme era o costume antigo, mas ficam a critério dos próprios soldados; isso ocasiona duas enormes desordens, uma das quais já mencionei⁴; a outra é que os soldados se tornam tão ansiosos pelos espólios que deixam de lado qualquer consideração com a ordem e com a disciplina militar; por conseguinte, com frequência tem tirado a vitória das mãos do conquistador. (MAQUIAVEL, 2003, p. 131).

Assim, é possível perceber que a ganância pelo lucro/capital, para expandir o comércio, faz como que os países percam o controle de si mesmos, levando-os a ruína, uma vez que a cobiça faz com que destruamos outros, chegando ao ponto de brigarem entre si pelo poder e pelo lucro.

Em contrapartida aos prejuízos adquiridos com a guerra por causa dos investimentos exorbitantes, o Estado precisava das armas e dos exércitos para se defender e conseguir algumas vantagens lucrativas dentro da então expansão capitalista. Na visão de Ames (2000), tal uso das armas e do exército precisa de regras para sua orientação. Sendo assim, somente a história pode fornecer os recursos indispensáveis para esta formação, bem como cultivar nos homens o hábito de imitar os antigos. Por isso, para que o agente político possa obter êxito na sua ação, Maquiavel procura captar material através da experiência histórica, contemporânea e antiga, conforme suas necessidades práticas. O conhecimento dos antigos não interessa como apenas fatos passados, mas sim em como esse passado pode ser útil no presente, e, sobretudo, a elucidação desse passado pode influenciar na ação política do presente. Podemos observar como se constitui esse discurso no seguinte trecho:

[...] Se tivessem se esforçado por imitar os antigos no trato com os problemas e as inconveniências, em vez de dar-se ao luxo do ócio e da indolência, realizar façanhas como as realizadas à luz do sol, e não sob as sombras, seguir seu exemplo quando continuaram honestos e íntegros, e não quando se tornaram desonestos e corruptos, pois, quando tais prazeres desviam a atenção dos meus concidadãos romanos, nosso país logo caiu na ruína (MAQUIAVEL, 2003, p. 9).

⁴ [...] “superabundância de suprimentos podem figurar entre os incidentes mais consideráveis a acontecer com o exército” (MAQUIAVEL, 2003, p. 130)

Maquiavel em um caráter pedagógico e filosófico fala da importância de seguir os feitos dos antigos quando vitoriosos, e evitar tais governantes que só se preocupam com riquezas e boa vida e se esquecem da segurança do Estado, ou seja, analisar os fatos que deram certo e os que não deram. Neste contexto entra o papel da *virtù*, é preciso ser sábio, usar das astúcias, planejar e prever as coisas para que se tenha um governo duradouro.

Esses Estados optam por uma vida ociosa, indolente, livre de problemas e inconveniências, e confiam na *fortuna*, e não em sua própria *virtù*; pois, ao ver que hoje a *virtù* que resta à humanidade tem pouca influência sobre os assuntos do mundo – e parece que tudo é regido pela *fortuna* – acham que é melhor seguir sua tendência do que lutar contra sua superioridade (MAQUIAVEL, 2003, p. 74).

Neste momento o secretário florentino já sabe que não pode deixar o Estado vulnerável. É necessário estar precavido, se preparar, ter planos de defesa e ataque, e isso se dá com força bélica. Segundo Ames, para Maquiavel, “conhecer e tirar proveito da exigência de êxito do agir político: quanto mais ele for orientado pelo conhecimento histórico, tanto mais racional será, isto é, tanto mais livre de engano será a realização futura.” (AMES, 2000, p. 46).

Os acontecimentos políticos não surgem aleatoriamente, mas obedecem às condições de compreensão do seu delinear, e por isso é possível prevê-los. Para Fornazieri (2006) isso é o que se denomina a *virtù* que se apresenta no campo das ações humanas. É um conjunto de capacidades, de estabelecer uma orientação no sentido de finalidade, e também definir atitudes fundamentais, como a coragem, para resistir conjunturas adversas ou para realizar grandes feitos. Assim, de acordo com Maquiavel deve-se “Honrar e recompensar a *virtù*; não desdenhar da pobreza; dar valor à boa ordem e à disciplina em seus exércitos; obrigar os cidadãos a amar uns aos outros, a rejeitar a discórdia e preferir o bem do público a qualquer interesse privado.” (MAQUIAVEL, 2003, p. 13). O governante precisa ter habilidades para governar e para instruir seus exércitos de modo que não sejam corruptos.

Percebe-se assim que Maquiavel enfatiza a criação de um Estado em que o povo seja obediente, e prefira o bem de todos em detrimento do privado. A submissão do povo torna claro o ideal burguês-capitalista de dominação da massa, onde o povo é usado para enriquecer o governante. Pois, o príncipe revestido da *virtù* está apto a grandes feitos, inclusive, o domínio do povo.

Segundo Fornazieri (2006), a ação política está ligada à necessidade e à escolha. Para agir com eficácia a necessidade deve ser guiada pela razão, a própria capacidade de liderar está

implicada na interação do agente com as necessidades, e com o saber escolher as alternativas eficazes, a coragem e a *virtù* não são parceiras das facilidades, que propiciam o ócio e negligência. Por isso, onde existem facilidades é preciso impor a disciplina. Desta forma, é necessário imitar os sábios governantes que souberam recompensar as tendências ociosas impondo o rigor da disciplina das leis, gerando sociedade e soldados vigorosos.

Ainda de acordo com Fornazieri (2006), para Maquiavel a segurança é a primeira razão para se criar estruturas institucionais projetadas sobre a comunidade humana, prevenir o perigo e estabelecer a defesa comum são objetivos fundamentais do Estado e das cidades. Garantir a vida, a integridade física e os bens constituem fundamental bem público. E como o modelo de vida capitalista é mantido através da exploração, é necessário ter forças para explorar e para não ser explorado. Então é preciso prevenir-se contra o inimigo externo, a invasão estrangeira, além de garantir a ordem e a paz interna. Deste modo, a primeira condição para se defender contra ataques estrangeiros é a criação de meios de defesa que também podem ser tornar meios de ataque. Trata-se de garantir as forças armadas adequadas. O Estado deve criar medidas para adotar uma força bélica adequada compatível com as necessidades de defesa, “[...] toda comunidade bem governada, por conseguinte, deve cuidar para que essa arte da guerra só seja praticada nos períodos de paz em forma de exercícios e, em tempos de guerra, só por necessidade e para alcançar a glória” (MAQUIAVEL, 2003, p. 17).

Esta necessidade de defesa do Estado acontece mais nitidamente com a passagem do feudalismo para o capitalismo, onde a insegurança está presente nas Cidades-Estados, uma vez que aqueles Estados que estão em expansão podem, a qualquer momento, perder tudo o que foi conquistado através de uma invasão “[...] o inimigo pode atacar a qualquer momento ou em qualquer lugar que achar apropriado, com toda a força de uma vez, é preciso manter-se constantemente em guarda em todos os locais.” (MAQUIAVEL, 2003, p. 184).

Segundo Berbel (2009), as boas leis para Maquiavel não eram o suficiente para garantir um fundamento sólido e para garantir a ordem política no principado, pois elas por si só são incapazes de coibir os interesses particulares, uma vez que não possuem forças coercitivas o suficiente para impedir os delitos cometidos pelos homens. Deste modo, para que os homens sejam submetidos a uma determinada conduta, é preciso uma força que se configura nas armas, só assim é possível fazer com que a lei se concretize. A ambição dos homens é insaciável e isso os leva a lutar entre si para saciar suas vontades, ou seja, para ter dinheiro e poder são capazes de matar uns aos outros. Então, o príncipe deve estar munido de armas necessárias para que as leis sejam seguidas, pois na ausência das armas o principado não tem condições de manter-se

no poder contra as ameaças externas nem internas. Sendo assim, as boas armas, ou seja, a força bélica, neste novo cenário se torna um importante instrumento político, “como não podem existir boas leis onde não há boas armas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas” (MACHIAVELLI, 2002, p.75). E para melhor utilizá-las, o príncipe precisa aprender a arte da guerra, pois com o conhecimento de seu emprego, melhor sucesso terá. Como fala Maquiavel (2003, p. 21) “minha profissão é governar bem os meus súditos, defender e protegê-los; para tal fim, estudo tanto a arte da paz quanto a da guerra.”.

Para Maquiavel, é melhor deixar os cidadãos com as armas, porém disciplinados, do que desarmados, pois em caso de ataque eles, pelo o amor que têm ao Estado, o defenderão:

[...] os súditos ou cidadãos, quando legalmente armados e mantidos na devida ordem por seus comandantes jamais cometeram o menor dano a qualquer Estado. [...] jamais fundou uma monarquia ou uma república sem a firme garantia de que, se seus súditos estivessem armados, estariam sempre dispostos e prontos a defender monarquia ou a república. (MAQUIAVEL, 2003, p. 28-29).

A tirania e usurpação não decorrem de armar os cidadãos, mas sim de um governo fraco. Enquanto o Estado for bem conduzido, não terá nada a temer das armas de seus súditos. O Estado deve confiar apenas nos soldados que forem seus próprios súditos. As forças militares de toda a península eram realizadas com a contratação de forças mercenárias e com o auxílio de outras potências que tinham suas próprias armas, por isso os príncipes não tinham autoridade para agir de maneira autônoma, ficando à mercê de quem eles contratavam. Entendemos, portanto que, para a segurança do Estado e para se manter no poder, é de extrema importância o uso da força bélica e não só isso, que os cidadãos entendam o valor de sua pátria e sempre estejam preparados para defendê-la, de modo que o príncipe nunca contrate gente de fora para defender o Estado, pois estes são movidos por dinheiro e como o dinheiro gera ganância e violência, eles sempre estarão sujeitos a quem pagar mais.

Com base no posicionamento de Maquiavel sobre o armamento do povo, abrir-se aqui um parêntese para falar do tema que é interessante e bastante atual, diz respeito à proibição do porte e comercialização de armas para cidadãos comuns. Trata-se do Estatuto do Desarmamento, uma lei federal, 10826 de 22 de dezembro de 2003, que proíbe o uso de armas aos brasileiros civis, com exceção para os casos onde haja necessidade comprovada.

Embora estabelecido enquanto lei, o Estatuto do Desarmamento gerou bastante polêmica, desta maneira em 23 de outubro de 2005 através de várias pressões, o governo determinou um referendo com o intuito de saber se a população estaria de acordo ou não com

a proibição da venda de arma de fogo e munição no território brasileiro. A maioria da população foi às urnas e se manifestou contrária ao desarmamento.

O debate em torno da questão continua até hoje, pois grande parte da população acredita que se os criminosos detém armas (ilegalmente) usando-as para praticar o mal, porque não a população adquirir armas (legalmente) para se defender, já que a segurança pública muitas das vezes é falha.

Uma visão superficial do problema pode nos levar a acreditar que Maquiavel seria favorável ao armamento civil, estando, portanto, de acordo com o que parece ser a maior parte da população brasileira, pois o filósofo defende que um Estado só se torna duradouro quando a população está armada e pronta para defender seu país. Todavia esta sociedade armada deve ser obediente ao Estado, ordeira e disciplinada.

Tendo em vista o cenário político e social de nosso país, o mais provável é que Maquiavel adotasse um posicionamento a favor do Estatuto do Desarmamento, uma vez que o Estado não tem controle de sua população e que parecem nos faltar princípios morais. Embora possa parecer clichê, a situação ocorrida recentemente no Estado do Espírito Santo nos parece uma prova de que nossa sociedade não está preparada para empunhar armas. Quando os policiais entraram em greve a população tida como “de bem” começou a saquear tudo que via pela frente, dando a impressão de que só cumprimos as leis e as ordens quando tem alguém nós vigiando. A partir do momento em que esta vigia não existe mais a sociedade vira um caos. Com base nisso, será que a população atual conseguiria viver armada no Brasil? O direito a defesa é muito estimado por todos nós, assim como por Maquiavel, mas sem disciplina as armas deixam de ser um instrumento de defesa, voltando-se contra nós.

Considerações finais

Portanto, com o estudo de *A Arte da Guerra*, entende-se que a renascimento trouxe à vida italiana não só mudança cultural e artística, mas também na sua estrutura social, ou seja, da transição do feudalismo para o capitalismo. Com a vinda das pessoas do campo para a cidade foram se criando as indústrias e com isso a exploração da classe pobre, o enriquecimento da burguesia e a expansão do mercado competitivo.

Assim, cada vez mais, o Estado, visando sua manutenção, precisa conquistar mais territórios, possibilitando a expansão do mercado. Tal movimento, inevitavelmente, favorece a ocorrência de guerras. E é justamente esta questão que Maquiavel aborda em *A Arte da Guerra*,

mostrando a necessidade que o Estado tem de se preparar para evitar que seja invadido, escravizado e explorado. Como o Estado que se prepara belicamente se torna um país forte, então este passa a fazer guerras de modo a obter mais riquezas e mais territórios para vender seus produtos, é o novo modelo de vida social que surgia: o capitalismo.

Deste modo, o surgimento do capitalismo revela o quanto este novo modelo de vida é violento, porque agora as pessoas não querem mais apenas garantir a subsistência de si e de sua família, mas sim o lucro e o poder. Para a obtenção e manutenção deste poder, Maquiavel apresenta a necessidade das armas e do exército, tanto para o controle da nação, e para que as leis sejam obedecidas, quanto para a proteção externa, contra invasão e exploração por outros povos. O Estado, ao evitar, através das armas e do exército, sua própria exploração, torna-se ele mesmo explorador.

É notório que, embora Maquiavel tenha escrito *A Arte da Guerra* há cinco séculos, e, o cenário mundial tenha se modificado enormemente, há aspectos de sua obra que permanecem atuais. A dualidade explorador/explorado, por exemplo, é vista de forma muito clara. Não raras são às vezes em que um país rico e poderoso se arma para sua defesa e, conseqüentemente, está pronto para atacar. Assim, percebe-se a grande influência e poder de inibição das grandes potências, uma vez que se fortalecem belicamente para manter seu poderio. Tal situação desagua em uma forma de etnocentrismo, onde um grupo ou uma nação se considera mais importante que os demais, passando assim interferir em sua soberania. Deste modo, os países de menor poder econômico e bélico são coagidos pelas grandes potências.

Maquiavel estuda empiricamente os fatos no decorrer da história para empregá-los numa gestão estatal. O filósofo foi um grande articulador, resolveu várias questões diplomáticas de sua época, uma vez que estudava os fatos passados analisando sua repetição e, utilizando-os de modo a não cometer os mesmos erros. Assim, é possível se espelhar na forma de pensar de Maquiavel, pois a vida é uma constante aprendizagem, deve-se aprender com a história para que se possa agir com sabedoria e *virtü*.

Referências:

AMES, José Luiz. **Maquiavel: a lógica da ação política**/José Luiz Ames. Campinas, SP: [s.n], 200. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>. Acesso em: 22 – 03 – 2016 às 15:16 hs.

ARRICHI, Giovanni: **O Longo Século XX, Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**; tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamim. _ Rio de Janeiro: contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BERBEL, Marco Antonio Facione; **Armas como instrumento de ação Política em Maquiavel**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 21 -03 - 2016 às 16:17 hs.

BURCKHARDT, Jacob Christoph. **A cultura do Renascimento na Itália; um ensaio**: tradução Sérgio Tellaroli. _ São Paulo: Companhia das letras, 2009.

ESCOREL, Lauro: **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Rio de Janeiro; Ouro sobre Azul/FGV Editora. 2014.

FORNAZIERI, Aldo: **Maquiavel e o Bom governo**; São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 22 – 03 – 2016 às 15:23 hs.

HELLER, Agnes: **O homem do renascimento**; Tradução de conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, LDA. 1982.

LARIVALLE, Paul, 1932 – **A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma**/ Tradução Jônatas Batista Neto. – São Paulo: companhia das Letras, 1988.

MACHIAVELLI, niccolò; **O príncipe** tradução, prefácio e notas Lívio Xavier. _ 36° ed. _ Rio de janeiro: Ediouro, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A arte da guerra**/; tradução de Jussara Simões. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**; tradução e notas de Nelson Canabarro. São Paulo; musa Editora, 1994.

SKINNER, **Quentin**. **As fundações do pensamento político moderno**; revisão técnica Renato Janine Ribeiro. _ São Paulo: Companhia das Letras, 1996.